



## Senado votará proposta sobre trabalho de gestante e lactante

Projeto, de Ataídes Oliveira, cria regras para grávidas e mães que amamentam trabalharem em locais insalubres. Também pode votado texto que regulamenta exploração de energia eólica no mar territorial

O Plenário do Senado pode votar amanhã projeto que regulamenta o trabalho de gestantes e lactantes em locais considerados insalubres. Uma alteração no texto garante o pagamento de adicional de insalubridade tanto na situação em que a mulher seguir trabalhando, como na hipótese de se afastar durante a gestação ou amamentação. A proposta prevê que, quando o nível de insalubridade for de grau médio ou mínimo, será permitido o trabalho se a empregada apresentar atestado de saúde que autorize a atividade.

Também deve ser votado pelo Plenário do Senado projeto que estimula a implantação de usinas eólicas no mar territorial. **3**

Pauta do Plenário inclui a regulamentação do trabalho de gestantes e a proposta sobre a implantação de usinas eólicas no mar, até o limite de 200 milhas



Marcos Oliveira/Agência Senado

Marcello Casal Jr./Agência Brasil



Sistema de monitoramento de fronteiras foi um dos que sofreram cortes

### Parlamentares divergem sobre pagamento da dívida pública

A administração da dívida pública gerou polêmica na quinta-feira durante a aprovação do projeto do Orçamento de 2019. Cerca de 42% dos recursos orçamentários foram reservados para pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida. Isso

significa menos dinheiro para investimento em áreas como saúde, educação e segurança, disse o senador João Capiberibe.

O relator-geral do Orçamento, senador Waldemir Moka, explicou que os valores são determinados pela equipe econômica. **4**

### Criação de zona exportação em São Luís fica para o próximo ano

A Comissão de Assuntos Econômicos adiou para o próximo ano a votação da criação da Zona de Exportação do Maranhão, uma área de livre comércio com o exterior na Ilha de Upaon-Açu, que abriga São Luís e zona metropolitana. O projeto foi colocado em votação, mas o senador José Serra pediu vista para analisar melhor o assunto. **3**

### Relatório sobre políticas públicas de segurança será avaliado amanhã

Deve ser discutido amanhã pela Comissão de Assuntos Econômicos o relatório sobre políticas públicas de segurança. O relator, senador Armando Monteiro, também analisou os reflexos econômicos da crise na área. Para embasar o relatório, a comissão fez duas audiências públicas com a presença de governo e especialistas. **3**

**Transportes e energia foram temas debatidos por colegiado **2****

**Comissão de Assuntos Sociais analisou reajuste de planos de saúde **4****

**Professor e advogado, Zé Santana toma posse na vaga de Regina Sousa **2****

**Série "A Cepal e o Brasil" estreia na Rádio e no Portal do Senado **2****

### Projeto sobre incentivo à biodiversidade nos rios pode ir à votação

A Comissão de Meio Ambiente pode votar amanhã proposta que obriga gestores de recursos hídricos a garantir a reprodução da biodiversidade no período de cheias dos reservatórios. Agência Nacional de Águas e órgãos estaduais deverão prever valores de vazão da descarga de reservatórios que se aproximem das condições naturais das bacias hidrográficas para preservar espécies aquáticas no período das cheias. **4**



O objetivo do projeto é permitir a preservação de espécies aquáticas no período de cheias das bacias hidrográficas

ICMBio

# Transportes foram tema de colegiado em 2017 e 2018

Balço da Comissão de Infraestrutura mostra que senadores debateram a limitação da alíquota do ICMS para combustíveis de aviões e derrubada da resolução da Anac sobre cobrança de bagagens

TRANSPORTE E ENERGIA foram os temas de destaque na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) no biênio 2017-2018. O colegiado promoveu 22 audiências públicas no período, de acordo com balanço divulgado pelo presidente da CI, senador Eduardo Braga (PMDB-AM).

Um dos temas que recebeu a atenção dos senadores foi o transporte aéreo. Os parlamentares discutiram o projeto de resolução do Senado que limita a alíquota do ICMS do combustível de aviação. Aprovado na CI, o PRS 55/2015 acabou sendo rejeitado pelo Plenário.

A comissão também se engajou na derrubada da resolução da Agência Nacional de Aviação (Anac), que permitiu a cobrança pelo transporte de bagagens por companhias aéreas, sob o argumento de que contribuiria para reduzir os preços das passagens. O Senado chegou a aprovar em 2016 um projeto de decreto legislativo para sustar a resolução (PDS 89/2016), mas a medida ainda aguarda decisão da Câmara.

## Rodovias

Na área de transporte rodoviário, foram realizados seis debates. Os senadores ouviram autoridades e especialistas sobre a manutenção



Leonardo Duarte/Secom-ES

Comissão ouviu especialistas e autoridades sobre a duplicação da BR-101

e a conservação da BR-319, a duplicação da BR-101 e a concessão da BR-364. A CI promoveu seis audiências sobre transporte ferroviário. Na pauta, as ferrovias Transcontinental, Bioceânica e a Transnordestina.

Para tentar solucionar o problema, os senadores incluíram na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) verba para a construção do trecho da BR-319, entre Porto Velho e Manaus, e para a construção, a reforma e o aparelhamento de aeroportos regionais. Na Lei Orçamentária Anual (LOA), os parlamentares sugeriram a construção de novos trechos na BR-317 e na BR-230, e a fiscalização dos serviços de transporte rodoviário.

Outro tema debatido na CI foi a regulamentação dos serviços de transporte indi-

vidual de passageiros que utilizam aplicativos, como o Uber e Cabify. Também foram promovidas audiências sobre diversificação dos modais de transportes e sobre o Plano Nacional de Viação.

A CI promoveu ainda quatro debates sobre energia, em que foram discutidos temas como o fornecimento de gás da Petrobras para a Região Norte, mais especificamente a Amazonas Energia e a privatização da Eletrobras. Na área de saneamento, uma audiência abordou os investimentos do BNDES.

A CI também realizou 49 reuniões deliberativas e quatro diligências. Foram analisadas 151 proposições. Entre elas, 89 requerimentos, nove projetos de lei, 20 indicações de autoridades, dez emendas à LOA e seis emendas à LDO.

# Rádio e Agência Senado estreiam série hoje

A Rádio Senado e o Portal do Senado apresentam hoje o primeiro programa da série "A Cepal e o Brasil", em alusão aos 70 anos da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão criado pela ONU em 1948 para auxiliar a região a superar o subdesenvolvimento socioeconômico.

O programa de abertura tem como destaque a Teoria da Dependência, que recebeu grande contribuição dos so-

ciólogos Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Os dois são considerados grandes referências sobre o estudo, que até hoje é debatido em cursos de economia e sociologia.

A série traz como entrevistados os senadores José Serra (PSDB-SP), Jorge Viana (PT-AC), Walter Pinheiro (sem partido-BA) e Cristovam Buarque (PPS-DF), além do economista Ricardo Bielschowsky.

As reportagens serão veicula-

das até sexta-feira no programa *Conexão Senado*, da Rádio Senado, e no Portal do Senado ([www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)).

No domingo será apresentado um programa especial cujo entrevistado será o coordenador do escritório da Cepal no Brasil, Carlos Mussi.

## A Cepal e o Brasil

De segunda a sexta, às 8h30, com reapresentação às 22h. No domingo, às 17h.

# Zé Santana toma posse no Senado na vaga de Regina

Tomou posse na sexta-feira, na sala de audiências da Presidência do Senado, o senador Zé Santana (MDB-PI). O parlamentar faz parte da chapa encabeçada por Wellington Dias (PT-PI), que foi eleito para o Senado em 2010 e se afastou do cargo em 2014 para assumir o governo do Piauí no início de 2015.

Wellington foi substituído pela primeira suplente, Regina Sousa (PT-PI), que ocupou a vaga até quinta-feira, quando deixou o mandato por ter sido eleita vice-governadora nas últimas eleições. Com isso, o segundo suplente, Zé Santana, passou a ser um dos três representantes dos piauienses no Senado até 31 de janeiro.

— Vamos tentar aproveitar da melhor maneira possível o pouco tempo que nos resta no final deste ano para tentar contribuir com o Piauí e contribuir para o país com o nosso trabalho — declarou o novo senador durante a cerimônia, que também contou com a presença de Regina.

Empossado pelo senador Ciro Nogueira (PP-PI), Zé Santana classificou como

fundamental a manutenção da composição representativa do estado na casa.

Advogado e professor da Secretaria de Educação do Piauí, o senador possui especialização em formação de gestores públicos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), e secretário de Ação Social no governo de Wellington Dias, entre 2017 e 2018. Também ocupou postos na Companhia de Habitação e na Secretaria Estadual de Justiça.

Em 1º de fevereiro ele assume mandato de deputado na Assembleia Legislativa do Piauí.



Gerardo Magela/Agência Senado

Zé Santana é advogado e professor da rede pública do Piauí

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

**TER** **SEG** **PLENÁRIO Sessão não deliberativa**  
14h Discursos e avisos da Mesa.

**CAE Segurança pública**  
10h Análise da avaliação de política pública sobre segurança. Depois, votação de projeto que regulamenta Empresa Simples de Crédito.

**CMA Água**  
11h30 Análise de projeto sobre campanhas educacionais de estímulo ao uso racional da água.

**CAS Salário mínimo**  
9h Projeto que estende até 2023 as regras atuais de cálculo do salário mínimo

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

**Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado:** 0800 612211

• **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/cidadania](http://senado.leg.br/cidadania)

• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV:** [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burlé  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

# Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Senado votará regras para trabalho de gestante

Projeto estabelece normas para grávidas e lactantes trabalharem em locais insalubres. Também está na pauta regulamentação para explorar energia eólica no mar territorial

O PROJETO QUE regulamenta o trabalho de gestantes e lactantes em locais insalubres pode ser votado pelo Plenário amanhã. A proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com emenda que garante o pagamento de adicional de insalubridade tanto na situação em que a mulher seguir trabalhando, quanto na hipótese de se afastar durante a gestação ou a amamentação.

Do senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), o PLS 230/2018 recebeu emenda da senadora Simone Tebet (PMDB-MS), segundo a qual nos casos em que for impossível o trabalho em lugar ou em situação insalubre, a gravidez será considerada de risco e a empregada receberá o salário-maternidade. O texto determina que quando o nível de insalubridade for médio ou mínimo, será permitido o desempenho do trabalho se a empregada, voluntariamente, apresentar atestado de saúde

assinado por médico.

Caberá à empresa pagar o adicional de insalubridade para a mulher afastada. A compensação para a empresa virá no momento de recolher as contribuições incidentes sobre a folha de pagamento dos salários.

## Usinas eólicas

Também está prevista a votação do projeto que estimula a implantação de usinas eólicas na faixa de águas a 12 milhas (22 quilômetros) da costa e na zona econômica exclusiva, a 200 milhas (370 quilômetros) da costa.

De acordo com o PLS 484/2017, de Fernando Collor (PTC-AL), o litoral brasileiro será dividido pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) em “prismas eólicos”, de forma semelhante ao que ocorre nos blocos de exploração de petróleo e gás natural, conforme seu potencial energético e baixo potencial

de degradação ambiental. As unidades de exploração serão disputadas em leilão. Os parques eólicos marítimos, mediante regulamentação pelo Executivo, repassarão royalties a estados e municípios litorâneos.

Collor justifica o projeto mencionando estimativas sobre o potencial do “pré-sal eólico” das águas nacionais até 50 metros de profundidade, que chega a 400 gigawatts — mais que o dobro de toda a capacidade instalada de geração de energia elétrica no país. Ele lamenta, porém, que o Brasil ainda não tenha construído um parque eólico marítimo, o que atribuiu à falta de segurança jurídica para a construção e operação das usinas eólicas. Ele também lembra que o país vem descumprindo compromissos internacionais sobre emissão de gases.

Também na pauta projeto que regulamenta a profissão de podólogo.



Getty Images/Stockphoto

Pelo texto, a grávida que trabalhar em local insalubre receberá adicional



Pedro Franco/Agência Senado

Armando Monteiro é relator da avaliação sobre segurança

## Comissão analisa relatório sobre segurança pública

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tem reunião marcada para amanhã para apreciar o relatório de avaliação de políticas públicas. Neste ano a CAE analisou as políticas na área de segurança pública, especialmente em relação ao orçamento e aos reflexos econômicos da crise da segurança. O relatório será apresentado pelo senador Armando Monteiro (PTB-PE).

Para embasar a análise dessas políticas, a comissão realizou duas audiências públicas, com a presença de especialistas na área e representantes do governo. A primeira audiência foi realizada no início de setembro, enquanto a segunda ocorreu no início deste mês.

## Crédito

Na reunião, a CAE também vai analisar o projeto que trata da regulamentação da empresa simples de crédito (PLC 135/2018). Do ex-deputado Pedro Eugênio (PT-PE), a proposta estabelece que esse tipo de empresa, de âmbito municipal, terá atuação exclusivamente em seu município-sede e em municípios limítrofes.

A empresa destina-se à realização de operações de empréstimo, de financiamento e de desconto de títulos de crédito, exclusivamente com recursos próprios, tendo como contrapartes microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte. Armando é o relator do projeto.

## Zona de Exportação do Maranhão será discutida em 2019

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou para a primeira reunião de 2019 a votação da proposta que cria a Zona de Exportação do Maranhão (Zema), uma espécie de zona de processamento de exportação (ZPE) especial ou ampliada.

Na última reunião da CAE, o PLS 319/2015 chegou a ser colocado em votação, na forma do substitutivo do relator Ricardo Ferraço (PSDB-ES). Mas a deliberação foi suspensa pelo presidente do colegiado, o senador Tasso Jereissatti (PSDB-CE), por falta de quorum e a pedido do senador José Serra (PSDB-SP), que insistiu em ter mais tempo para analisar a proposta.

Do senador Roberto Rocha (PSB-MA), o projeto estabelece uma área de livre comércio com o exterior na Ilha de Upaon-Açu, que abriga São Luís e cidades da zona metropolitana, como São José de Ribamar.

Pelo projeto, as empresas que se instalarem na Zema terão isenção de impostos e contribuições incidentes sobre a importação ou sobre aquisições de insumos no

mercado interno, para que possam produzir ou prestar serviços destinados à exportação. Somente as empresas enquadradas na seção “indústrias de transformação” da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) poderão usufruir dos incentivos fiscais.

As empresas que se instalam nessas áreas têm acesso a tratamentos tributários, cambiais e administrativos especiais. Assim a Zema deverá ter, por exemplo, menos burocracia no controle aduaneiro e dispensa da exigência de percentual mínimo de receita bruta relacionada à exportação de bens e serviços.

Roberto Rocha observa que a Ilha de Upaon-Açu, também conhecida como Ilha de São Luís, apresenta características geográficas que a habilitam a constituir uma área de livre comércio, especialmente pelas condições logísticas que favorecem a entrada de insumos e o escoamento da produção para o exterior pelo Porto de Itaqui. Segundo o senador, o projeto vai ajudar a desenvolver o Maranhão e melhorar a vida da população.

— A criação de uma área de livre

comércio em São Luís, voltada exclusivamente para exportação, é a troca da exploração política da pobreza pela exploração econômica da riqueza. O projeto da Zema cria uma válvula de retenção, que obriga a agregar valor dentro do Brasil, no caso, no Maranhão. Nós temos o segundo melhor porto do mundo e, a partir desse ativo, vamos criar condições para que o Maranhão possa transformar produtos primários e semielaborados em produtos a serem comercializados no exterior, gerando emprego e renda no estado — argumentou.

Serra afirmou que a proposta vai muito além de uma simples zona de processamento de exportações e cria incentivos que caracterizariam, na prática, uma nova zona franca. Para ele, a ideia precisa ser analisada com mais profundidade.

Serra disse também que, caso seja aprovada a criação da Zema, outros estados vão querer criar zonas semelhantes, o que comprometeria a arrecadação e até poderia diminuir os repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

— Se a moda pega, vale para todos. Vamos deixar para o ano que vem para aprofundarmos a discussão.

Roberto Rocha respondeu que a Zema difere da Zona Franca de Manaus por ter incentivos fiscais exclusivos para o processamento voltado para o mercado externo.

Simone Tebet (MDB-MS), que relatou o projeto na CAE em substituição a Ferraço, também defendeu a aprovação por considerar que a Zema vai impulsionar a economia do estado e diminuir as desigualdades sociais.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Ferraço é autor do substitutivo que teve a votação adiada a pedido de Serra

# Dívida pública provoca polêmica em comissão

Projeto de lei orçamentária aprovado na quinta-feira desagradou alguns parlamentares, que consideraram muito alto o valor destinado ao financiamento da dívida pública

UM DOS TEMAS sobre os quais o próximo governo e o Parlamento terão de se debruçar é a crescente dívida pública, que se encontra em R\$ 5,2 trilhões, segundo o relatório de dezembro da Instituição Fiscal Independente (IFI). No projeto do Orçamento de 2019 (PLN 27/2018), aprovado na quinta-feira pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), R\$ 1,42 trilhão se destina ao pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida somente no ano que vem.

Isso corresponde a aproximadamente 42% do total do Orçamento. Segundo o deputado Bebeto Souza Galvão (PSB-BA), membro da CMO, trata-se de uma “sangria” que impede gastos com saúde e educação e investimentos públicos.

— É muito importante se poder analisar como essa dívida chegou a esse valor. Não é possível se comprometer tal percentual do Orçamento anual para pagar essa dívida sem reduzi-la — diz o deputado.

Assim, sobram 58% do Orçamento da União — R\$ 1,95 trilhão — para serem repartidos para investimentos, saúde, educação e assistência social. Devido à quantidade de gastos obrigatórios, relacionados ao



Deputados Raimundo Gomes de Matos e Geraldo Resende e o relator Waldemir Moka (D) em reunião da CMO

custeio da máquina pública, e com os limites da Emenda Constitucional 95, do teto de gastos, o valor a ser disponibilizado para os gastos cai para R\$ 1,4 trilhão.

## Restrições

Relator setorial de Defesa e Justiça, o senador Wellington Fagundes (PR-MT) observou que apesar dos números parecerem altos, na hora de serem repartidos, muitos programas ficam prejudicados.

— A restrição determinada pela emenda do teto dos gastos limita o poder dos relatores para atender diversos pleitos.

Esse Orçamento reflete este momento — disse o senador.

A relatora setorial de Ciência, Tecnologia e Comunicações, senadora Ana Amélia (PP-RS), se disse preocupada com os cortes e limitações.

— Trabalhei com os técnicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações quase R\$ 1,4 bilhão em emendas para 2019. Quando chegou na hora, só nós liberamos aproximadamente R\$ 75 milhões.

Outro exemplo é o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), prioritário segundo o Exército, que terá apenas R\$ 38,5 milhões

para um programa de proteção e vigilância de mais de 17 mil quilômetro de fronteiras.

## Estrutura básica

O relator-geral do Orçamento, senador Waldemir Moka (MDB-MS), salientou que os valores são determinados pela equipe econômica do governo federal e ele apenas transcreve para a lei do Orçamento aquilo que lhe foi remetido.

— Podemos realizar emendas, podemos fazer modificações. Mas a estrutura básica nos é entregue pelo governo desde a Lei das Diretrizes Orçamentárias — explicou Moka.

O senador João Capiberibe (PSB-AP), relator de Meio Ambiente, também criticou a restrição de recursos.

— Não é a questão da Previdência ou dos salários dos servidores públicos que está sufocando o Orçamento. A questão é a administração da dívida pública. Centenas de outros programas estão sendo cortados ou reduzidos pela pressão da manutenção da dívida pública — argumentou o senador.

Segundo o presidente da CMO, deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA), as discussões se deram de maneira muito mais tranquila que nos anos anteriores. A questão da dívida pública foi o único item que gerou debate durante a aprovação do projeto do Orçamento na quinta-feira.

Em novembro, os R\$ 5,2 trilhões da dívida pública bruta correspondiam a 76% do produto interno bruto (PIB), conforme dados do Banco Central (BC).

No entanto, se for utilizada a metodologia do Fundo Monetário Internacional (FMI), que considera na conta os títulos do Tesouro Nacional na carteira do BC e que somam mais R\$ 590 bilhões, esse valor passaria dos 83% do PIB.

## Projeto sobre biodiversidade nas cheias dos rios pode ser votado

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) poderá votar amanhã projeto que obriga os gestores de recursos hídricos a garantir o incentivo à reprodução da biodiversidade no período de cheias no curso das águas dos reservatórios operados por agentes públicos e privados. O PLS 344/2014 recebeu parecer favorável do relator, senador Valdir Raupp (MDB-RO).

A proposta, do ex-senador Kaká Andrade, altera a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433, de 1997) para obrigar a Agência Nacional das Águas (ANA) e os órgãos estaduais a prever valores de vazão da descarga de reservatórios que se aproximem das condições naturais das bacias hidrográficas. A intenção é possibilitar a preservação de espécies aquáticas no período de cheias naturais.

O autor explica que nesse período são formadas lagoas adjacentes ao curso hídrico (jusante) dos reservatórios, que funcionam como berçários para a fauna aquática do local.

No entanto, o barramento

e a definição de uma vazão fixa de descarga para todos os meses do ano impedem esse processo.

Para Raupp, o projeto contribui não só para a proteção do meio ambiente, mas também para o aumento da oferta dos recursos pesqueiros. Ele argumenta que a conservação das espécies aquáticas permite a atividade de repovoamento de peixes e, consequentemente, preserva a atividade pesqueira e a sustentabilidade socioeconômica e ambiental de país.

## Conscientização

A Comissão de Meio Ambiente deve votar ainda um projeto que prevê a realização de campanhas educativas para estimular o uso racional de água pela população.

Do senador José Agripino (DEM-RN), o PLS 587/2015 tem a intenção de, por meio de iniciativas educativas periódicas, prevenir crises de abastecimento cada vez mais frequentes.

O projeto recebeu voto favorável do relator, senador Humberto Costa (PT-PE).

## Planos de saúde foram destaque em colegiado

Ao concluir seus dois anos no comando da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a senadora Marta Suplicy (MDB-SP) fez uma análise da atuação do colegiado no período. Os parlamentares realizaram 45 audiências públicas e analisaram 138 propostas.

Mais do que os números, ela destacou a relevância dos temas que passaram pelo crivo dos senadores. Entre eles, o reajuste dos planos de saúde. Foram duas audiências públicas sobre o tema quando os parlamentares e debatedores puderam questionar a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Depois desses debates, a ANS retrocedeu sobre decisões que autorizaram as operadoras a reajustarem os planos de saúde médico-hospitalares individuais e familiares em até 10%, no período de maio de 2018 a abril de 2019. Além disso, houve recuo nas novas regras para a aplicação da coparticipação e franquia em planos, o que possibilitaria a cobrança de um percentual de até 40% por procedimentos realizados.

— Agora, no fim de 2018, tivemos a ANS apresentando

a nova metodologia a ser adotada para o reajuste de planos individuais. Uma grande vitória de todos os senadores da CAS — afirmou Marta.

## Projetos

Algumas das propostas aprovadas pela comissão têm interesse direto das mulheres. É o caso da obrigatoriedade da reconstituição de mamas pelo SUS (PLC 5/2016), do Incentivo à prevenção ao câncer de mama e útero (PLC 20/2017), da ultrassonografia mamária gratuita (PLS 583/2015) e da inclusão do Outubro Rosa no calendário Oficial (PLC 32/2018).

A senadora ainda destacou as mudanças realizadas no Estatuto da Criança e do Ado-

lescente (ECA) para facilitar a adoção (PLC 101/2017), bem como a estabilidade de emprego para mães de filhos adotivos (PLS 796/2015).

Outro projeto votado na CAS foi o da descriminalização da maconha para uso medicinal (PLS 514/2017). A proposta originou-se de ideia legislativa apresentada no e-Cidadania e já recebeu mais de 100 mil votos favoráveis na consulta pública do Portal do Senado na internet.

Para instruir a relatoria, foi feita audiência pública dividida em duas mesas, para a oitiva de especialistas de representantes de pacientes e do Executivo. O projeto está agora na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Marta ressaltou proposta aprovada que facilita a adoção de crianças